

João Dagnone

PREFEITURA MUNICIPAL



SÃO CARLOS
Estado de São Paulo

*Divisão 63/90
materia 2º
ano*

Decreto N.º 002
de 18 de janeiro de 1988

REGULAMENTA A LEI Nº 9 718, DE 25 DE FEVEREIRO DE
1 987, QUE AUTORIZOU O EXECUTIVO, NO ÂMBITO MUNICI
PAL, APLICAR OS DISPOSITIVOS DA LEI FEDERAL Nº
7 418/85 E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR QUE INSTITUIU O
"VALE - TRANSPORTE" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO OTÁVIO DAGNONE DE MELO, Prefeito Municipal de
São Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei
nº 9 718, de 25 de fevereiro de 1987,

D E C R E T A :-

CAPITULO I
DOS BENEFICIÁRIOS E DO BENEFÍCIO DO VALE TRANSPORTE

ARTIGO 1º:- São beneficiários do Vale-Transporte, os
serviços públicos municipais ativos em geral, integrantes dos quadros da
Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal e do Serviço Autônomo de Água e
Esgoto.

ARTIGO 2º:- O Vale-Transporte constitui benefício
que o órgão público antecipará ao servidor, para utilização efetiva em des-
pesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através de trans-
porte coletivo urbano.

§ 1º:- Entende-se como deslocamento e soma dos seg-
mentos componentes de uma viagem do beneficiário, por um ou mais meios de
transporte, entre sua residência e o local de trabalho.

§ 2º:- Excluem-se do disposto neste artigo os servi-
ços seletivos e os especiais.

ARTIGO 3º:- É vedado substituir o Vale-Transporte por
RICHADO

J. D. M. L.

PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO CARLOS
Estado de São PauloDecreto N.º 0 0 2de 18 de janeiro de 1 988

antecipação em dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

PARÁGRAFO ÚNICO:- No caso de falta ou insuficiência de estoque do Vale-Transporte, necessário ao atendimento da demanda ao funcionamento do sistema, o beneficiário será ressarcido na folha de pagamento imediata, da parcela correspondente a cargo do órgão público a que pertença, quando tiver efetuado, por conta própria, a despesa para seu deslocamento.

CAPÍTULO IIDO EXERCÍCIO DO DIREITO DO VALE-TRANSPORTE

ARTIGO 4º:- Para o exercício do direito de receber o Vale-Transporte o servidor informará ao órgão de pessoal, por escrito:

- I - seu endereço residencial;
- II - quantidade de passes a ser utilizada, por dia, por semana e por mês.

§ 1º:- A informação de que trata este artigo será atualizada anualmente ou sempre que ocorrer alteração das circunstâncias mencionadas nos itens I e II, sob pena de suspensão do benefício até o cumprimento dessa exigência.

§ 2º:- O beneficiário firmará compromisso de utilizar o Vale-Transporte exclusivamente para seu efetivo deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§ 3º:- A declaração falsa ou o uso indevido do Vale-Transporte constituem falta grave.

ARTIGO 5º:- O Vale-Transporte será custeado:

- I - pelo beneficiário, na parcela equivalente a 6% (seis por cento) do seu salário básico ou padrão de vencimento, excluídos quaisquer outros adicionais ou vantagens;
- II - pelo órgão público a que estiver vinculado, no que exceder à parcela referida no item anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO - A concessão do Vale-Transporte au-

005
J. D. Melo

PREFEITURA MUNICIPAL



SÃO CARLOS
Estado de São Paulo

Decreto N.º 0 0 2
de 18 de janeiro de 1 988

torizará o órgão público a descontar, mensalmente do beneficiário que exercer o respectivo direito, o valor da parcela de que trata o item I deste artigo.

ARTIGO 6º :- O valor da parcela a ser suportada pelo beneficiário será descontado proporcionalmente a quantidade de Vale Transporte concedida para o período a que se refere o salário ou vencimento e por ocasião de seu pagamento.

ARTIGO 7º:- Apenas poderão se beneficiarem do Vale-Transporte aqueles cujas despesas com o deslocamento for superior a 6% (seis por cento) do salário básico ou padrão de vencimento.

ARTIGO 8º:- A contabilidade deverá registrar em contas específicas que possibilitem determinar, com clareza e exatidão das despesas efetivamente realizadas na aquisição do Vale-Transporte.

PARÁGRAFO ÚNICO:- A parcela de custo, equivalente a 6% (seis por cento) do salário básico do servidor, que venha a ser recuperada, pelo órgão público, deverá ser deduzida do montante das despesas efetuadas no período-base, mediante lançamento a crédito das contas que registrem o montante dos custos relativos ao benefício concedido.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 9º:- À empresa local, na qualidade de concessionária do serviço de transporte coletivo urbano, sujeitar-se-á às normas previstas na Lei Federal nº 7 418, de 16 de dezembro de 1 985, regulamentada através do Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1 987 e legislação complementar.

PARÁGRAFO ÚNICO:- O poder concedente- Prefeitura Municipal de São Carlos, respeitada a Lei Federal, expedirá normas complementares, se necessárias, para operacionalização do sistema do Vale-Transporte, acompanhando seu funcionamento e efetuando o respectivo controle e fiscalização.

ARTIGO 10º:- A empresa concessionária fornecerá, mensalmente, ao órgão federal competente e ao Poder Executivo Municipal, informações estatísticas que permitam avaliação local e nacional, em caráter permanente, da utilização do Vale-Transporte.

João Dagnone

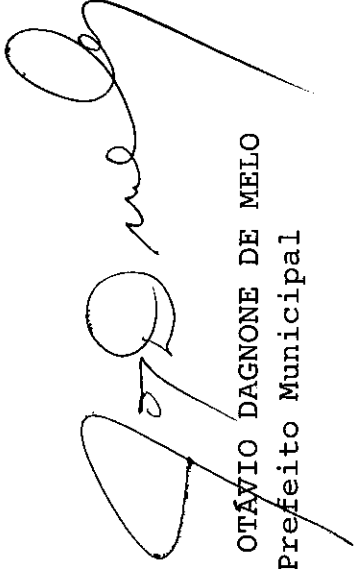
PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO CARLOS
Estado de São Paulo

Decreto N.º 0 0 2
de 18 de janeiro de 1 988

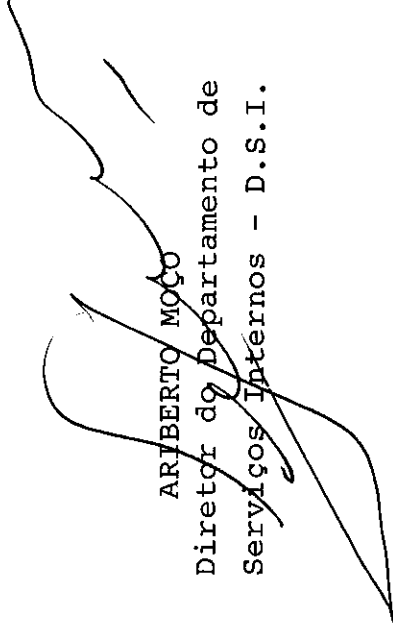
ARTIGO 119:- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições com contrário.

São Carlos, 18 de janeiro de 1 988



JOÃO OTÁVIO DAGNONE DE MELO
Prefeito Municipal

Registrado na Divisão de Expediente e Publicado.



ARLBERTO MOÇO
Diretor do Departamento de
Serviços Internos - D.S.I.